

Educação feminista à Distância: (re)construindo uma metodologia

Os processos educativos sempre constituíram elemento central da *práxis* feminista, tendo papel essencial no fortalecimento do próprio movimento feminista. Compreendendo o feminismo como prática política e pensamento crítico – que tem como centro de sua ação a instituição das mulheres como sujeito político (individual e coletivo) capazes de transformar a si mesmas e suas histórias e de transformar a história e condições de vida de outras mulheres –, as práticas e processos educativos são como o pilar da ação política feminista transformadora.

Nos últimos anos, porém, apesar dos esforços de organizações e de ativistas, os orçamentos escassos das organizações e movimentos feministas (sobretudo diante da redução do apoio da cooperação internacional) não têm permitido o investimento em processos educativos que ampliem o número de mulheres mobilizadas para ações coletivas. O desafio, portanto, tem sido o de reunir esforços para superar essas dificuldades e desenvolver processos que catalisem a força política de novos grupos feministas, que têm ocupado ruas e outros espaços públicos, questionando de forma radical o poder patriarcal, racista, capitalista, etnocêntrico e heteronormativo.

É nesta perspectiva que se coloca a Universidade Livre Feminista, uma ação coletiva e colaborativa, que visa promover a reflexão, a conexão, a troca de ideias, vivências e experiências entre mulheres de diferentes origens, identidades e campos de atuação (político, artístico, cultural, acadêmico, comunitário), fortalecendo a luta feminista organizada contra o patriarcado racista e capitalista. Sua estratégia é usar a internet e as novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) para desenvolver processos de formação e comunicação política feminista.

Criada em 2009, a Universidade Livre foi a primeira a dar um passo em uma direção ainda não percorrida por organizações e movimentos feministas brasileiros, que é a *educação feminista à distância*. Desde então vem desenvolvendo processos contínuos de formação política feminista, presenciais e virtuais, que almejam: fortalecer a ação política feminista das mulheres; contribuir para que as mulheres sejam o sujeito de suas próprias vidas; apoiar mulheres organizadas em coletivos e movimentos a lutarem e construir uma sociedade justa, igualitária, criativa, libertária. A proposta, portanto, não é substituir os movimentos sociais de mulheres, mas fortalecer suas capacidades instaladas e construir novas, através desse novo espaço político, educacional e cultural, mantido e coordenado pelas próprias feministas que se associarem a ele.

Para desenvolver suas ações, a Universidade Livre conta com uma rede de canais que inclui:

- Um portal de informações (www.feminismo.org.br);
- Uma Plataforma de Formação Feminista, baseada no Moodle, um software livre (www.universidadefeminista.org.br);
- Uma Biblioteca Feminista Virtual (www.bibliotecafeminista.org.br);
- Canais de vídeo no Vimeo (<https://vimeo.com/tvfeminista>) e no You Tube;
- Além de página no Facebook e contas no Instagram e no Twitter.

Reafirmando princípios teóricos, político e pedagógicos

Desde a sua criação, a Universidade Livre Feminista vem buscando desenvolver uma metodologia que consiga adaptar para o ambiente EaD (Educação à Distância) elementos da **práxis educativa feminista**. Para tanto, busca trazer para sua prática princípios pedagógicos que referenciam a ação educativa feminista, mas também princípios teórico-políticos próprios do seu fazer feminista. Nesta perspectiva, uma referência importante é o *feminismo antissistêmico*, que se contrapõe ao patriarcado, ao racismo e ao capitalismo, se configurando, ao mesmo tempo, como movimento social, como teoria crítica e como projeto de vida para as mulheres que se organizam a partir do sul global.

Esta referência implica em uma leitura e compreensão das desigualdades de gênero, de raça e de classe, não a partir delas mesmas, ou seja, das desigualdades em si, mas como produtos históricos dos sistemas de dominação, opressão e exploração que as estruturam e reproduzem. Partindo desta perspectiva, entende-se as relações sociais de gênero, de raça, etnia e de classe como consubstancializadas, isto é, são de tal forma interligadas que não se pode pensá-las ou analisá-las em separado. São relações que interferem na dinâmica uma da outra, se produzindo e coproduzindo mutuamente, de forma complexa e, muitas vezes, contraditória. Em termos práticos, esta consubstancialidade institui interseccionalidades diversas na vida cotidiana das mulheres, que envolvem outras dimensões, como a sexualidade, a corporeidade, a religião, a origem regional, dentre outras tantas. Tudo está “junto e misturado”, não podendo se analisar a realidade das mulheres a partir de uma única dimensão da vida social.

Pensando a educação feminista (inclusive a EaD) como instrumento de transformação social, esta compreensão da realidade exige a adoção de alguns princípios político-pedagógicos:

- A defesa da **democratização do conhecimento e da informação**. Por isso a Universidade Livre Feminista oferece processos de formação feminista **gratuitos**, ao mesmo tempo em que se esforça para promover a **inclusão digital das mulheres**.
- O entendimento do **conhecimento como construção coletiva**. Assim, não nos propomos a “ensinar” conteúdos, mas a compartilhar ideias, pensamentos e conhecimentos, construídos ou a se construir. Inspiradas pela filósofa feminista Françoise Collin, buscamos promover o encontro entre o “pensamento pensado” (já produzido e sistematizado – através de textos, livros, vídeos etc.) e o “pensamento pensante”, que é o nosso pensamento vivo, em elaboração. Entendemos que é este encontro que constrói novos conhecimentos, pela troca de ideias e de saberes, pela coletivização do pensar.
- O reconhecimento das **condições de vida das mulheres** (que precisam lidar com múltiplas jornadas de trabalho) e dos **diferentes contextos e realidades** em que as mulheres estão inseridas, tomando tais realidades como objeto e/ou referência para a reflexão. Há o empenho das educadoras em dialogar com estas realidades e estimular as participantes a estabelecerem relações/nexos entre as questões debatidas nos cursos e os desafios enfrentados por elas no dia a dia.
- A valorização das **vivências e experiências cotidianas**, bem como do **conhecimento individual** (formal ou informal) de cada uma das participantes dos processos de formação. As “educandas” não são uma página vazia. São pessoas com conhecimentos e experiências diversas acumuladas ao longo da vida – mesmo quando curta –, sendo essencial trazê-las para o centro do processo educativo.

- **A opção por técnicas e metodologias que facilitem a participação de todas.** Embora utilizemos frequentemente textos e vídeos, também fazemos uso de músicas, poesias, crônicas, como forma de trazer o lúdico para o ambiente EaD.
- Tomar o **debate de ideias e posições** entre as participantes como elemento central dos processos educativos, na perspectiva de construir conhecimentos diversos, coletivos e colaborativos. Neste sentido, o **respeito mútuo** é fundamental, bem como a **abertura** para colocar seus pensamentos e também para acolher o pensamento das outras.
- A busca por **articular as dimensões reflexiva, corporal e emocional** do aprendizado das mulheres. Partimos da crítica feminista à separação entre o pessoal e o político, corpo e espírito, emoção e razão, sociedade e natureza, individual e coletivo para construir, a partir da experiência das mulheres, ações educativas articuladas de maneira multidimensional, favorecendo a experiência da formação política feminista fora dos dualismos.
- **“O pessoal é político”.** Partindo desta premissa feminista, buscamos criar um espaço de **acolhimento e troca**, em que as experiências, vivências, dúvidas e questionamentos de caráter **pessoal** podem ser objeto de partilha e de reflexão. Sempre com o cuidado de fazer isto dialogando com as questões em debate, para não perdermos os rumos das propostas educativas, mas sem deixar de acolher as demandas pessoais que podem ser problematizadas e coletivizadas.
- A criação de um **espaço de confiança**, de modo que todas sintam-se com **liberdade** de concordar ou discordar do que foi dito. Mas fazendo isto em forma de **diálogo/debate de ideias**, de **reflexão conjunta** e nunca rechaçando ou desqualificando as ideias e posições diferentes das nossas.
- Para garantirmos um ambiente de confiança, **não é permitido** que os debates e/ou questões colocadas pelas participantes sejam copiadas e compartilhadas por meio de *“printscreen”* ou qualquer outro meio. Também não é permitido usá-los para fins de estudos, pesquisa, redação de artigos etc. Caso o conteúdo dos debates seja interesse de alguém para estes fins, deve ser solicitada a permissão direta às pessoas envolvidas.

O papel das educadoras na educação feminista à distância

A prática educativa da Universidade Livre Feminista se diferencia da de outras organizações que desenvolvem processos educativos à distância, especialmente no que se refere ao papel das educadoras nesses processos. Primeiro, não utilizamos o termo “tutora” ou “tutoria” para o acompanhamento dos processos educativos virtuais, uma vez que esta palavra remete à tutela, isto é, à ideia de guia, orientação, proteção ou mesmo autoridade de uma pessoa sobre outra. Segundo, embora muitos proponham algo diferente, em EaD, via de regra, a tutoria significa apenas orientar ou facilitar o estudo, tirar dúvidas, remeter questões para professores, organizar atividades. Para uma educação que se pretenda transformadora, entendemos que o papel das educadoras deve ir além.

Assim como nas atividades presenciais, as educadoras que acompanham os processos virtuais precisam ter a capacidade de estimular processos de reflexão individual e coletiva, sintetizar debates, mediar controvérsias, problematizar questões e aportar conhecimentos de modo a contribuir para que, além da apropriação individual dos conteúdos, o processo pedagógico também favoreça a elaboração/produção coletiva do pensamento e conhecimento críticos. Para

tanto, faz-se necessário, por parte das educadoras, o acúmulo de certo conhecimento sobre os temas/questões abordadas. Ou seja, se de um lado valorizamos e partimos da experiência e do conhecimento das participantes, de outro compreendemos que os saberes e a experiências das educadoras também são centrais no processo educativo. Não se trata, portanto, apenas de “facilitar” aprendizados, estimular o acesso aos conteúdos, mas, sobretudo, de desencadear e fazer parte de um processo de construção de conhecimentos.

Outra questão importante para as educadoras feministas no ambiente EaD é a capacidade de articular as dimensões objetivas e subjetivas da vida das participantes, numa perspectiva de cuidado e autocuidado no processo educativo. Isto exige a adaptação, para o espaço virtual, de práticas como a “observação atenta”, o “saber ouvir”, o “saber acolher”, desenvolvendo o aprendizado do “saber ler” as mulheres nas linhas e entrelinhas dos textos escritos nos fóruns de discussão. Isto também implica reaprender a interpretar o silêncio. Se este, nas atividades presenciais, pode ser considerado uma forma de participação (pois o olhar permite perceber outros modos de interação), no ambiente virtual, essa observação se torna mais difícil, exigindo cuidado e atenção. Ou seja, o fazer da educação feminista no ambiente EaD, tanto quanto no presencial, é uma ação desafiadora. Especialmente quando ela se propõe a nada menos que transformar as mulheres para estas, juntas, transformarem o mundo.